JUSTIFICATIVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO NO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.

FUNDAMENTAÇÃO: ART. 57, II DA LEI 8.666/93.

Versa o presente sobre termo aditivo do contrato n° 20220049

Em 14 de janeiro de 2022, foi celebrado pelo Fundo de Municipal de Educação, proveniente do processo de Carona n° A/2022-001, que tem como objeto a prestação de serviço de transporte escolar de São Geraldo do Araguaia – PA.

O Termo Aditivo encontra respaldo no que declina o art. 57, II da Lei 8.666/93. Manifestou-se o TCE/RJ, sobre a prorrogação dos Contratos de serviços continuados, conforme transcrição abaixo:

"Termo aditivo. Prorrogação contratual. Serviço continuado. Legalidade. Contrato de prestação de serviços de forma contínua cuja duração foi sucessivamente prorrogada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração. Com a nova redação dada ao inciso II do art. 57, o dimensionamento do prazo contratual em até 60 meses tem em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração negociada previamente. Conhecimento e arquivamento" (TCE/RJ, Proc. n.º 120.556-6/94, Cons. José Gomes Graciosa, 18/3/97).

Nesse sentido, cumpre destacar o Prejulgado n° 1833 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, segundo o qual *“O transporte escolar, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente, possui natureza de serviço a ser executado de forma contínua, ao teor do que dispõe o art. 57, II, da Lei Federal n° 8.666/93”*.⁵

Logo, torna-se notório que a paralisação e/ou a descontinuidade do transporte escolar resultará em graves prejuízos aos estudantes das escolas municipais e estaduais do município, com implicações futuras no tocante a evasão escolar.

Ademais, uma vez demonstrado ser mais vantajoso para a Administração prorrogar a

contratação atual, não há de se falar em nova licitação, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da economicidade e eficiência.

Assim, constatados os fatos acima destacados, não resta dúvida da caracterização da necessidade e possibilidade de aditamento do referido contrato.

Face o exposto, e considerando os motivos de fato e direito elencados vemos necessária e conveniente a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20220049 com a Empresa CDR CONSTRUTORA E LOCAÇÕES LTDA, com fundamento no inciso" do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

São Geraldo do Araguaia – PA, 20 de dezembro de 2023.

CARLENY BOTELHO CARVALHO
Secretaria Municipal de Educação